

Índice

Ação Judicial

Defesa do município. Representação em juízo. Impedimento dos procuradores. Atuação do Secretário da Justiça. Possibilidade. 12

Dyonne Stamato

Contrato

Gestor de contratos. Indicação do Secretário Municipal para o exercício desta função. Não recomendável. 22

Cláudia Klocke Ghini Jorge

Desenvolvimento Urbano

Imóvel urbano abandonado. Abordagem sobre os instrumentos municipais de regularização urbana. 33

Maria Theresa Camillo de Martini

Dívida Ativa

REFIS. Inclusão de valores resultantes de condenação em Ação Civil Pública. Impossibilidade. Aplicação da Lei Federal nº 8.429/1992, artigo 17, § 11. 42

Vanessa de Barros Fuster

Ensino

Escola municipal. Reforma de calçada, rampa de acesso e da entrada de estacionamento. Custeio com recursos vinculados ao ensino. Impossibilidade. 51

Elisabeth Toshiko Horie

Escolas municipais. Autonomia financeira. Transferência de recursos. Aplicação do artigo 15 da Lei Federal nº 9.394/1996. 53

José Carlos Polo

PNAE. Repasse dos recursos para entidades do terceiro setor. Possibilidade desde que atendidas as condições do programa. 66

Fabiana Medeiros de Melo Okano

Gestão Financeira

- Alteração da base de cálculo do orçamento da Câmara Municipal.
Comunicado do TCE/SP. Implicações. 72
Elisabeth Toshiko Horie
- Recursos Orçamentários. Transferência de autarquia para a prefeitura.
Procedimento. 79
Elisabeth Toshiko Horie

Guarda Municipal

- Sistema Único de Segurança Pública. Integração entre municípios.
Possibilidade. Formalização de convênio. 83
Luciana Gomes de Freitas

Orçamento

- Emendas impositivas ao orçamento. Emenda constitucional
nº 100/2019. 91
José Carlos Polo

Ouvidoria

- Conselho de Usuários. Implementação. 102
Giselle Gomes Bezerra

Poder de Polícia

- Drone. Utilização para fiscalização e monitoramento. Possibilidade.
Condições necessárias. 111
Luciana Gomes de Freitas

Processo Administrativo e Sindicância

- Abertura contra ex-servidor. Dever da Administração Pública no
conhecimento posterior de irregularidade atribuível. 116
Clarissa Boscaine

Processo Legislativo

Loteamento. Utilização de lâmpadas de LED. Projeto de lei. Matéria de iniciativa concorrente. 120

Aline Harada Araki

Transição de governo. Projeto de lei. Matéria de iniciativa concorrente. 123

Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

Publicidade

Divulgação de Atos Oficiais. Contratação pela Prefeitura. Rádio comunitária e educativa. Natureza peculiar dessas entidades. Forma adequada. 129

Rodrigo Coelho Melaré

Servidor Público

Celetista. Banco de horas. Instituição por lei. Desnecessidade da intervenção do sindicato. 142

Lucianne Pedroso

Celetista. Exercício de mandato sindical. Afastamento remunerado desde que não esteja em período de estágio probatório. Previsão em lei local. 153

Patrícia Forte Nunes

Celetista. Procurador Municipal. Limite de carga horária. Inaplicabilidade do Estatuto da OAB. 158

Lucianne Pedroso

Estatutário. Condenação criminal. Apuração disciplinar. Dever da Administração Pública. 163

Ana Carolina de Castro Souza

Estatutário. Período de estágio probatório. Designação para exercício de função de confiança. Impossibilidade. 172

Daniella Caetano Landim

Manifestação em rede social. Limites para fins de apuração ou não da conduta pela Administração Pública. 179

Giselle Gomes Bezerra

Terceiro Setor

Convênio. Saúde. Entidade que perdeu o certificado CEBAS. Cancelamento que não lhe retira a qualificação de entidade filantrópica. Continuidade.	184
Dyonne Stamato	
Parceria. Aditamento. Alteração de prazo, quantitativo e valores. Condições necessárias. Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014. . .	190
Isabela Giglio	
Despesas com serviços de manutenção predial. Custeio com os recursos da parceria. Possibilidade. Condições necessárias. Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014.	196
Isabela Giglio	
Parceria. Aquisição de bens permanentes. Destinação ao final da sua vigência. Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014.	200
Clarissa Boscaine	

Tributo Municipal

IPTU. Alteração do zoneamento previsto no Código Tributário Municipal por decreto. Impossibilidade. Exorbitação do poder regulamentar. 206	
Aline Harada Araki	
IPTU. Execução Fiscal. Alteração da sujeição passiva. Falecimento do contribuinte ou venda do imóvel em data anterior à constituição do crédito estatutário. Impossibilidade.	213
Mara Guimarães Dantas	
ISS. Serviços médicos prestados nas unidades de saúde do Município. Local de recolhimento. Legalidade da retenção na fonte do imposto devido. 223	
Mara Guimarães Dantas	
Pagamento de tributos e demais receitas municipais por meio de cartão de débito ou crédito. Possibilidade. Condições necessárias.	234
Patrícia Seco Torres	